



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Em junho de 2017, o Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas apresentou um novo projeto de mobilidade entre Lousã e Coimbra, afirmando, então, que “o sistema de mobilidade do Mondego, com autocarros elétricos [metrobus] em vez de transporte sobre carris, levará três anos e meio a entrar em funcionamento, traduzindo a solução mais favorável para as populações”, e deverá custar 89,3 milhões de euros.

À data, a comunicação social deu conta de que entre concurso público e entrada em funcionamento, mesmo que o concurso público fosse lançado em 2017, o sistema de mobilidade do Mondego não começaria a circular antes de 2021.

Referia-se também que já tinham sido lançados concursos para o desenvolvimento de mais estudos e projetos, desde o levantamento topográfico do canal, adaptação dos tabuleiros ferroviários para o metrobus, especificações técnicas para bilhética e para a implementação de guiamento magnético entre Alto de S. João (Coimbra) e Serpins (Lousã).

Estas declarações foram feitas numa sessão pública em que foi apresentado um estudo para a introdução do sistema metrobus no canal do ramal ferroviário da Lousã – Análise Comparada de Soluções Tecnológicas de Transportes para um Sistema de Mobilidade do Mondego –, realizado por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

De acordo com o estudo do LNEC, o Governo escolheu como solução um modelo de autocarro exclusivamente elétrico, prevendo-se a aquisição de uma frota de 43 autocarros.

O OE2018 atribuía uma verba até dois milhões de euros (o mesmo valor que em 2017) para “financiamento do sistema de mobilidade do Mondego”.

No seu discurso de tomada de posse, em outubro de 2017, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra afirmou que o sistema de autocarros que o Governo apresentou para substituir o projeto do Metro Mondego era “uma revolução na vida da cidade”.

O sistema de metro para Coimbra e o Ramal da Lousã foi projetado há mais de duas décadas, pelo Estado e pelos três municípios que integram a Metro Mondego – Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Já foi lançado o concurso público para o Sistema de mobilidade do Mondego, na sua última versão de “metrobus”?

2- Em que ponto estão os concursos, amplamente referidos pela comunicação social em junho de 2017, com vista ao desenvolvimento de mais estudos e projetos do Sistema de mobilidade do Mondego?

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)